

AMBIENTE ESCOLAR: OS SURDOS E SUAS SENSIBILIDADES NO RAMO SOCIAL INCLUSIVO E O OLHAR ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO¹.

Vanessa Silva Oliveira²
Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira³

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar como se dá a inclusão e interação no processo de escolarização do aluno surdo na sala de aula com professores e ouvintes. Além disso, buscou-se identificar se há comunicação e participação da família na escola e nesse processo de alfabetização, partindo do pressuposto de que a participação da família no processo de inclusão é primordial. Quanto à abordagem metodológica, o presente trabalho se constitui de uma pesquisa do tipo descritiva na qual foram investigados aspectos subjetivos para entendermos através da sensibilidade do professor, a realidade escolar e social surda. Foram consultadas diversas referências bibliográficas usadas para a sustentação de conceitos e afirmações ao decorrer desta pesquisa. Com relação aos instrumentos, optou-se pela aplicação de um questionário simples composto por 12 questões abertas, aplicado a um professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) do município de Redenção-CE com o intuito de levantar informações claras de como se dá esse processo de escolarização surda e vivência em sala de aula do ensino regular. Conclui-se que, mesmo tendo seus direitos assegurados, os deficientes auditivos e surdos enfrentam preconceitos e continuam às margens da inclusão por causa de uma sociedade excludente. Dentre outras razões, a falta de acompanhamento adequado por parte de profissionais qualificados e de investimentos para repensar e criar métodos capazes de promover uma aprendizagem igualitária ainda constituem-se grandes desafios que devem superados o quanto antes.

Palavras-chave: Deficiência auditiva. Surdez. Inclusão.

ABSTRACT

This study aimed to analyze how is the process of educational inclusion and interaction of the deaf student in the classroom with teachers and listeners. In addition, we sought to identify whether there is communication and family involvement in the school and literacy process, assuming that the family involvement in the inclusion process is paramount. In terms of the research methodology, the present study was based on a

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB.

² Graduanda do curso de Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB. E-mail: vanessa1387@live.com.

³ Professora efetiva de LIBRAS da Universidade da Internacional da Lusofonia afro-brasileira. Graduanda em Letras Libras - Licenciatura - Polo Fortaleza com parceria a Universidade Federal de Santa Catarina (2016) Mestre de Psicologia na UNIFOR - Universidade de Fortaleza (2014). Bolsista pela FUNCAP.(2011- 2013).Possui Especialização em PED-LIBRAS - UNICID - Universidade de São Paulo (2011). Aprovada no PROLIBRAS 2009 - Exame Nacional de Certificação de Proficiência no Uso e no Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras - Nível Superior.

descriptive research in which were investigated subjective aspects to understand through teacher sensitivity the school and social reality of the deaf student. To support concepts and statements used in the course of this research several references were consulted. In relation to the research instruments, we opted for the application of a simple questionnaire with 12 open questions, applied to a Special Educational Service (SES) teacher of the Redemption-CE municipality in order to get clear information on how this process takes place in deaf education and experience in the regular education classroom. We conclude that, even having their rights guaranteed, people with hearing and deaf disabilities face prejudice and remain on the margins of inclusion because of an exclusionary society. Among other reasons, the lack of proper monitoring by qualified professionals and investment in order to rethink and create methods to promote an egalitarian learning still constitute major challenges that must be overcome as soon as possible.

Keywords: Deficiency. Deafness. Inclusion.

Introdução

Esta pesquisa partiu inicialmente do interesse por estudar as questões relacionadas à educação especial. Baseando-me a partir de minhas experiências com pessoas surdas tanto no âmbito escolar como social fui tecendo assim uma trajetória de vida marcada por inúmeras vivências com pessoas que apresentavam deficiência auditiva. Apesar de muitos com os quais convivi serem meus colegas, apenas os considerava como pessoas surdas sem questionar os diversos desafios enfrentados por eles. Diante dessa realidade, conseguia apenas perceber a exclusão social e a indiferença com os surdos em ambientes como escola e lugares públicos, levando-me a considerá-los como pessoas incapazes de conviver socialmente, ou até mesmo de realizarem suas aspirações de vida, como trabalho e estudo.

A inclusão dos surdos no ambiente escolar enfrenta diversas barreiras às quais serão discutidas e refletidas nesse trabalho com o intuito de buscar a compreensão de como se dar as relações educacionais envolvendo os professores, os familiares e os surdos.

Os professores apresentam pouco domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ou nem sempre podem contar com a presença de um intérprete em sala de aula, prejudicando em alguns casos, as relações de ensino-aprendizagem, em outros, tornando inviável o modelo de educação não inclusivo e favorecendo a evasão dos alunos.

Infelizmente além da falta de formação do professor da rede-pública, também nos deparamos com o preconceito que ainda existe é falta de atenção por parte de alguns professores e também dos demais envolvidos nesse processo de escolarização como gestores e demais profissionais da escola.

Já os pais, por sua vez, se mostram receosos quando se fala da inclusão de seus filhos especiais em instituições de ensino regular. Em seus estudos Rosita (2010) afirma que a resistência dos pais e professores é explicada por eles em razão da insegurança no trabalho educacional que irá ser realizado nas classes regulares, com os alunos com deficiência. É como se fossem tomados pelo medo de que a inserção não contribua de forma positiva. Até porque sabemos também que muitos dos professores não possuem uma formação adequada para que possam trabalhar em sala com alunos deficientes.

No período que tive convivência com alunos surdos percebi que o processo de escolarização não era fácil tanto pelas limitações deles como pela falta de apoio pedagógico, isso porque também não tínhamos professores formados em educação especial nem muito menos em LIBRAS. Rosita (2010, p.35) afirma que “os professores alegam (com toda razão) que em seus cursos de formação não tiveram a oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos da educação especial”. Por esta razão existe hoje em dia há muita muitas barreiras com relação a inclusão do deficiente auditivo em sala de aula devido falta de formação dos professores, porém alguns ainda tem vontade e muitas vezes enfrentam o desafio na tentativa de aprender mais.

A partir das minhas experiências e leituras minha vontade de conhecer mais só aumentou no sentido de conhecer os conceitos e mostrar de alguma forma que essas barreiras existentes no processo de inclusão poderiam ser ultrapassadas. Na pesquisa bibliográfica pude conhecer conceitos, realidades e leis que asseguravam os direitos das pessoas surdas e deficientes auditivas, essa pesquisa me proporcionou mudar minha visão sobre essas limitações surdas, e aprendi a enxergar além dos olhos com coração com uma sensibilidade que até então eu não tinha. Também me despertou o desejo de saber se em alguma instituição do município de redenção existia o acompanhamento especial e se existia como era realizado e quem o realizava. A partir desses questionamentos elaborei algumas perguntas que foram direcionadas a um professor pedagogo da rede municipal.

Utilizo neste trabalho dois termos surdo e deficiente auditivo, pois existem diferença entre eles que serão explanadas ao longo da pesquisa. No âmbito da medicina o termo surdo é utilizado para caracterizar ou definir uma pessoa que possui surdez profunda. Já quando essa surdez é leve ou moderada o termo utilizado passa a ser deficiente auditivo. A inclusão surda no ambiente escolar tem início a partir de diagnósticos, é importante que este diagnóstico seja realizado quanto antes para que seja possível saber se existe dificuldade ou incapacidade do individuo em ouvir com exatidão e seu grau de dificuldade.

Geralmente o que mais tem ocorrido é que os deficientes auditivos e surdos não ingressam no ensino infantil, e fundamental e se ingressam não continuam na escola, maioria das vezes isso ocorre pela falta de um ensino especializado, adaptado as suas necessidades e um ambiente bilíngue.

Partindo do conhecimento sobre as línguas de sinais, amplamente utilizadas pelas comunidades surdas, surge a proposta de educação bilíngue que toma a língua de sinais como própria dos surdos, sendo esta, portanto, a que deve ser adquirida primeiramente (LACERDA, 2006, p.165).

A partir desse conceito surgiu a necessidade de investigar se existe um acompanhamento para a pessoa com surdez, no município de Redenção, pois sabemos que a inclusão escolar é de extrema importância tanto pelo processo de aprendizagem quanto para o convívio social.

Diante disso, é importante ressaltar que o ambiente escolar ou sala de aula tem que ser bilíngue, ou seja, tem que se utilizar dentro dela tanto a LIBRAS quanto à língua portuguesa até para que possa facilitar a relação surdo/ouvinte. Estudar sobre surdez é importante tanto para o nosso desenvolvimento profissional quanto para o nosso desenvolvimento social como pessoa na sociedade, uma vez que analisamos os limites e capacidades das pessoas com deficiência nos permitimos conhecer as suas limitações e realidades e, a partir daí, lutar junto contra os preconceitos ainda existentes na sociedade.

Sabemos que existem diferenças no conceito das palavras mencionadas anteriormente, sabemos também que existem diversos níveis de surdez sendo elas: surdez leve, moderada, acentuada, severa, e profunda. No decorrer da pesquisa também deixo explícito esses níveis. O conceito básico é que quando a pessoa atinge o nível de surdez profunda ela é considerada surda. Quando os níveis permanecem entre leve ou moderado o termo utilizado passa ser deficiente auditivo.

2 INCLUSÃO SURDA E SUA IMPORTÂNCIA ESCOLAR/SOCIAL

É importante a estadia do aluno surdo na escola desde cedo para que ele possa criar sua própria identidade e possa se tornar um adulto crítico para melhor enfrentar os desafios existentes na sua vida adulta. Damásio (2007) nos diz que a inclusão do aluno

surdo deve ocorrer desde a educação infantil até a educação superior para que seja possível superar as barreiras do processo educacional e para que possa usufruir dos seus direitos escolares.

No Brasil a educação dos surdos teve início durante o Segundo Império, com a chegada do educador francês Huet. Em 1857, foi fundado o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), que inicialmente utilizava a língua de sinais, mas que em 1911 passou a adotar o oralismo puro (LEITE, 2014, On-line)

Também devemos deixar claro que existem leis que amparam os surdos em relação aos seus direitos, por exemplo, o direito a prioridade em cursos de formação, obrigatoriedade de aceitação em instituições de ensino. A inclusão social traz muitas possibilidades ao aluno surdo como acesso à educação e a participação nas demais atividades escolares e sociais, além de sua inserção no mercado de trabalho. Com isso, pretende-se impedir que a pessoa surda viva isolada dos demais.

O atendimento especializado ao aluno deficiente auditivo ou surdo tem início a partir do diagnóstico e do grau de conhecimento do aluno conforme destaca Damázio (2007, p.25) “o atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da língua de sinais”. Ou seja, o conteúdo ministrado em sala aos surdos deve ser elaborado pelo professor do AEE, de acordo com as suas necessidades de aprendizado e dificuldades que alguns surdos possam apresentar ou não.

Os surdos que têm acesso à escola por meio do AEE, se comunicam através da LIBRAS, sendo esta a língua natural da comunidade surda. Quando compreendida pelos surdos, a LIBRAS facilita a comunicação e a interação na escola além de melhorar a adaptação na sociedade. Para Damázio (2007, p.38) o que se pretende no AEE “é desenvolver a competência gramatical ou linguística, bem como textual nas pessoas com surdez, para que sejam capazes de gerar sequências linguísticas bem formadas”.

Também é importante que a sala de aula seja bilíngue, ou seja, se trabalhe a língua de sinais e também a língua portuguesa. A língua portuguesa é de extrema importância para o desenvolvimento mesmo sendo reconhecida como segunda língua surda facilita a aprendizagem do aluno, facilita também a integração na comunidade ouvinte, para avaliação desse processo e imprescindível que sejam realizadas avaliações com frequência com o intuito de avaliar os avanços do aluno e verificar possíveis alterações no planejamento de aula (DAMÁZIO, 2007). Muitas são as lutas enfrentadas para que os

surdos e deficientes auditivos conseguissem não só um espaço na sociedade, mas o acesso a um processo educacional incluyente.

No Brasil essa situação começa a mudar a partir do reconhecimento da LIBRAS como língua natural surda, assim como a regulamentação também de leis que garantem a prioridade surda em processos educacionais seletivos e obrigatoriedade da existência de professores tradutores e intérpretes de LIBRAS.

A Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002 assegura que a formação de docentes para o ensino de LIBRAS na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em cursos de pedagogia ou curso normal superior, em que LIBRAS e língua portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução viabilizando a formação bilíngue. Pondo assim como obrigatoriedade seu cumprimento. (BRASIL, 2002).

O reconhecimento da LIBRAS como língua natural surda também se deu a partir de abril de 2002 e teve sua regulamentação, conforme o decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro do ano de 2005 legitima também a atuação e a formação de tradutores e intérpretes de Libras e Língua portuguesa. Garante também a obrigatoriedade da LIBRAS no ensino básico e superior. (BRASIL, 2005). A partir disso, há uma maior valorização do ambiente escolar por parte dos deficientes auditivos ainda que muitos desafios permaneçam.

A Função do intérprete é interpretar de uma língua de sinais para um idioma ou de um idioma para uma língua de sinais. O intérprete é o profissional que deve ter o domínio da língua de sinais tais como suas estratégias e também possuir uma formação específica nessa área de atuação da Educação.

A importância do intérprete é saber como é realizado o trabalho de acompanhamento, ou seja, de apoio especializado na sala de aula.

O interprete é de fundamental importância, pois ele facilita a comunicação usando a tradução como principal ferramenta. É a pessoa que, sendo fluente em Língua Brasileira de sinais e em Língua portuguesa, tem capacidade de verter em tempo real (interpretação simultânea) ou, com um pequeno espaço de tempo (interpretação consecutiva), da Libras para o português ou deste para a libras (DAMÁZIO, 2007, p.49).

É importante ressaltar que o papel do intérprete na sala de aula difere desde a postura ética à profissional do professor. Damázio (2007) sustenta essa afirmação quando diz que não cabe ao intérprete à tutoria na sala de aula dos alunos com surdez, ainda ressalta que é de extrema importância que os alunos aprendam a desenvolver entre si

habilidades comunicativas, de forma que aprendam a tornar-se cada vez mais independente do intérprete para suas atividades.

2.1 Diagnóstico surdo

O atendimento ao aluno surdo na escola comum se inicia a partir de um diagnóstico médico do aluno no qual o otorrinolaringologista realiza exames com aparelhos capazes de saber se o indivíduo tem algum tipo de deficiência surda e qual seu nível de surdez.

O diagnóstico do nível de surdez com precisão só é possível com a audiometria, exame para avaliar o nível de surdez. A perda auditiva remanescente é medida em DECIBÉIS (dB). Quanto maior for o número de decibéis necessários para a criança responder a um som, maior e mais significativa será a perda auditiva. (PORTAL EDUCAÇÃO, On-line).

A Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002 considera uma pessoa surda por ter perda auditiva, esta compreende e interage com o mundo por meio de imagens, ou seja, experiências visuais manifestando assim sua cultura pela LIBRAS (BRASIL, 2002). Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2004).

A partir do diagnóstico do aluno regularmente matriculado em alguma instituição de ensino o AEE é planejado em conjunto, ou seja, com todos os professores para que seja possível realizar uma adequação das atividades para que se obtenha um melhor desempenho do aluno. Buscando assim o melhor conteúdo e metodologia a ser aplicada.

É de extrema importância que a pessoa enquanto deficiente tenha também conhecimento dos seus direitos, por exemplo, o direito a inclusão como diz A Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015 onde assegura e promove em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

2.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O atendimento ao aluno surdo na escola comum se inicia a partir de um diagnóstico como visto anteriormente. A partir desse processo se for preciso, o aluno é

acompanhado por ele, no qual é visto se existe possibilidade mesmo que reduzida da pessoa escutar com aparelhos auditivos. Esse processo de diagnóstico é voltado para o indivíduo que seja aluno e estude em uma instituição de ensino regular passando a ser acompanhado pelo professor do AEE e a receber o atendimento que começa de acordo com a necessidade de cada um e do grau de conhecimento que o aluno já tem. Pois pode ocorrer do aluno não possuir um diagnóstico, mas já ter um conhecimento ou domínio sobre a LIBRAS ou sobre a língua portuguesa. Os surdos que tem acesso a escola por meio do AEE, se comunicam por meio da LIBRAS. A LIBRAS é importante nesse processo uma vez que “o reconhecimento da língua de sinais como língua natural da comunidade surda permitiu o fortalecimento identitário do grupo” (ALVES, 2015, p.28).

Com base na bibliografia consultada para realização deste trabalho foi possível observar que o trabalho do atendimento especializado e planejamento pedagógico não é tão diferente do trabalho feito na sala de aula comum, porém sabemos que toda e qualquer tipo de deficiência tem suas limitações. Para que se obtenha sucesso nesse processo de escolarização surda é importante que se tenha um ambiente adequado as suas necessidades com profissionais qualificados.

É crucial falar da importância do intérprete em sala de aula para que os conteúdos ministrados em sala se tornem de fácil compreensão surda. E assim a sala de aula se torne um espaço proveitoso e que se torne o máximo adequado às necessidades das pessoas com deficiência auditiva e surdas.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho em seu primeiro momento consistiu numa observação de campo onde a partir de visitas e um estágio como AEE na escola municipal Maria Augusta da cidade de redenção-CE, surgiu a proposta da elaboração de perguntas onde fosse possível responder aspectos não observados no referencial teórico, tendo em vista a peculiaridade de cada realidade, com isso, a abordagem metodológica aqui exposta visa estudar as questões específicas do objeto de estudo a partir da referida escola.

O estudo se configurou de uma perspectiva qualitativa, uma vez que esta visa estudar comportamentos e reações de um determinado grupo. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização,

etc.". Minayo (1994, p. 21) destaca que a pesquisa qualitativa trabalha "com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos...". Corroborando com isso, ao fazer uso de uma abordagem qualitativa pretende-se estudar as relações sociais e as diversas esferas da vida com apontado por (FLICK, 2009).

Quanto aos objetivos, este trabalho caracteriza-se como descritivo, pois nas "pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador" (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52). Além disso, Gil (2010, p. 26) afirma que o objetivo central da pesquisa descritiva é "a descrição das características de determinada população."

Quanto às técnicas, optou-se pela observação direta que segundo Marconi e Lakatos (2003, p.191) "ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento." Dessa forma a observação direta tem papel relevante por permitir ao pesquisador maior contato com a realidade estudada possibilitando a descoberta de novas informações que somente a observação proporciona.

O procedimento de coleta de dados se deu a partir de um questionário aberto (Apêndice A), pois segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 109) "permitem que o informante responda livremente". Diante de questionários abertos os respondentes ficam à vontade para elaborarem a sua própria resposta, sem ter que optar entre um número de opções que muitas vezes não contemplam devidamente sua opinião (PRODANOV; FREITAS, 2013). As perguntas foram direcionadas ao professor do AEE no sentido de que fosse possível enxergar além do modo olhar. O objetivo era enxergar a partir da visão do professor e da sua experiência. A análise do questionário tem sido à base desta pesquisa, pois através dele conhecemos a realidade no ambiente escolar na tentativa de compreender as questões suscitadas neste trabalho.

A pesquisa teve como público estudantes com deficiência auditiva do ensino fundamental da Escola municipal Maria Augusta, localizada na cidade de Redenção-CE, buscando observar o ambiente escolar, métodos de ensino, interação entre os sujeitos e comunicação desses jovens com o espaço escolar, professor e demais colegas.

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Com base na pesquisa bibliográfica e as respostas obtidas no questionário podemos constatar que no município de Redenção só temos uma escola que é considerada o centro do ensino especializado onde existe um número de profissionais qualificados e formados para atender a demanda de alunos deficientes das demais escolas municipais além de contar com os profissionais a escola tem toda uma estrutura baseada nas necessidades de cada aluno, porém os demais professores não possuem nenhuma formação em LIBRAS.

Também foi possível identificar a formação do atual professor responsável pelo AEE do Município onde ele forneceu conceitos para a pesquisa de acordo com a sua formação de pedagogo e AEE, que contribuiu para o entendimento do conceito de deficiência auditiva e surdez. O professor também esclareceu que atualmente na instituição eles têm duas crianças uma com deficiência auditiva e outra com surdez profunda, o mesmo ressaltou também que a forma de comunicação utilizada na Instituição com os alunos surdos é LIBRAS. No início da pesquisa um dos principais focos era analisar se existem dificuldades no ensino ao aluno surdo, porém o professor AEE nos esclareceu que existem sim com os demais professores, mas no AEE não.

Sabemos também que a falta de formação do professor dificulta muito no aprendizado da pessoa surda e a relação com ouvintes não é fácil na sala de aula no ambiente social. Nossa principal preocupação foi saber se os professores da instituição tinham conhecimento na área de LIBRAS, o professor nos informou por meio do questionário que a comunicação com ele era fácil.

Porém também tivemos a necessidade de saber qual a formação do Professor AEE, ele nos informou que tem formação de intérprete com especialização em LIBRAS e que tem fácil percepção quando geralmente o aluno tem dúvidas logo é percebido por causa da sua expressão facial expressando não está entendendo explicação, o professor informou que é chamado para tirar as dúvidas, principalmente, em língua portuguesa por causa de regras gramaticais. Sabemos que nem toda escola do município tem o atendimento especializado em LIBRAS ou um professor especializado para tratar dos tipos de deficiência.

Perguntamos também ao professor AEE, se existe acompanhamento atualmente na instituição qual tem sido a maior dificuldade no momento? O professor AEE nos responde que tem sim e que o trabalho é realizado no contra turno das aulas e uma vez

por semana. A partir desse questionamento foi possível constatar que de certa forma a escola separa os alunos, ou seja, acaba se tornando uma escola segregadora. O professor respondeu que reconhece que precisa ter mais momentos de aprendizagem com a comunidade escolar realizando oficinas com os auxiliares, secretários, professores, alunos e direção incluindo também a família, pois a família é essencial nesse processo. Porém, não tem acontecido não tem tido acompanhamento da família. Ou seja, precisa haver mais integração família e escola assim como mais preparo no sentido de qualificação profissional.

Verificou-se ainda que a partir das respostas do professor AEE que mesmo a instituição sendo considerada o centro do AEE, e possuindo uma boa estrutura não está preparada no sentido de os professores serem qualificados para que possam compreender e repassar o ensino da LIBRAS a seus alunos pois além de serem poucos profissionais habilitados no Município são diversas as deficiências apresentadas pelos profissionais do AEE. Desta forma, se torna inviável a comunicação do aluno deficiente ou surdo com os demais professores, pois os mesmos não tiveram uma capacitação para que se torne possível o entendimento da língua natural surda.

Considerações finais

Ao finalizar esse estudo concluímos que mesmo com seus direitos assegurados os deficientes auditivos e surdos continuam sofrendo preconceitos e continuam alheios a uma sociedade excludente. Infelizmente não existe acompanhamento adequado, não existe trabalho conjunto em prol de benefícios para eles, falta tudo, falta sensibilidade, informação e o principal investimento para que se possa fornecer uma educação de qualidade.

E mesmo apesar de achar que a inclusão é um processo importante, reconhecemos então que não é fácil essa relação surdo/ouvinte. E que ainda se faz necessário repensar e criar métodos para que se possibilite um aprendizado igualitário sem separações.

Espero que um dia a sociedade resolva abrir caminhos em forma de oportunidades para os deficientes auditivos e surdos. Que eles não venham a ser tratados com pena ou desprezo. E que a educação seja ofertada de forma igualitária de modo que possibilite um aprendizado de qualidade com profissionais preparados e dispostos a mudar a realidade ainda existente a realidade de uma sociedade preconceituosa onde enxerga o deficiente como incapaz.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. C. *et al.* Educação de surdos em nível superior: desafios vivenciados nos espaços acadêmicos. In: ALMEIDA, W.G. (org.) **Educação de surdos: Formação, estratégias e prática docente.** Ilhéus, BA: Editus, p.27-47, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em: 15 mai. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1> Acesso em: 15 mai. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>

DAMAZIO, M. F. M. **deficiência auditiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

FLICK, Uwe. **Métodos de Pesquisa: Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. São Paulo: Artemed, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Caderno CEDES.** Campinas, v.26, n. 69, 2006.

LEITE, Layres. **A comunidade surda: Resumo histórico da LIBRAS no Brasil.** 2014. Disponível em: http://comunidadesurdaelibras.blogspot.com.br/2014/08/resumo-historico-da-libras-no-brasil_12.html Acesso em: 19 abr. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Conceitos e tipos de Surdez**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao-fisica/conceitos-e-tipos-de-surdez/28046> Acesso em: 22 mai. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSITA, Edler carvalho. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário aplicado ao profissional da AEE da Escola Municipal Maria Augusta.

Instituição:

Nome:

Formação:

1. O que você sabe sobre deficiência auditiva e surdez?

2. Quantos alunos surdos se têm na instituição atualmente?
3. Qual a forma de comunicação utilizada na instituição com os alunos surdos?
4. Existem dificuldades de ensino ao aluno surdo? Se sim, quais são?
5. Existem dificuldades de interação surdo/ouvinte na instituição? Se sim, cite uma delas que você considera principal.
6. É feito acompanhamento especializado com professor de L.S. (LINGUA DE SINAIS) na instituição?
7. Existe interação entre escola e família como forma de acompanhamento na aprendizagem?
8. Como é feito o acompanhamento do aluno surdo na escola atualmente?
9. Se existe acompanhamento atualmente na instituição qual tem sido a maior dificuldade no momento?
10. Se existe acompanhamento na instituição o que tem melhorado no ambiente escolar?
11. O professor conhece a LIBRAS?
12. Caso o surdo não consiga compreender o professor como fica a situação dele em sala ou no ambiente escolar/escola?

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus.

Aos meus pais por todo carinho, compreensão e apoio incondicional.

À minha querida orientadora professora Vanessa, por todo tempo que dedicou a me ajudar durante todo esse longo processo.